

Os Desafios da Paz em Angola e as Dinâmicas do Conflito em Cabinda*

Patrício Munengo Mangovo

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

Resumo

Cabinda é hoje uma província que integra a divisão político-administrativa de Angola, Estado unitário. As especificidades do território e dos povos que habitam esta região petrolífera alimentam desde 1975 um conflito armado violento entre o Governo central e os movimentos independentistas. Em 2006 foi assinado um acordo de paz que acomodou uma parte destes rebeldes e outorgou um “Estatuto administrativo Especial” no quadro da Governação Local do Estado em Angola assente na desconcentração e descentralização administrativa. A falta de consensos e a exclusão das outras forças político-militares e sociais à volta do processo, abriu espaço para o atentado mortífero contra a selecção do Togo em 2010, gerando sinais de fraqueza na tentativa de pacificação da província. Se uma das maiores tendências actuais aponta a descentralização do poder do Estado como mecanismo privilegiado de resolução dos conflitos em África, poderão as bases do estatuto especial assegurar a resolução deste conflito?

Abstract

Challenges of Peace in Angola and Cabinda's Conflict Dynamics

Cabinda is nowadays a province which integrates the political-administrative division of Angola, a unitary state. Particularities of this oil-field territory and the region inhabitants have supported (since 1975) a violent armed conflict opposing the national government to various independence movements. In 2006 was signed a peace deal that accommodated a part of rebels and granted an “Administrative Special Status” at political-administrative scopes of Angola Local State Governance settled on deconcentration and administrative decentralization. The lack of consensus and the exclusion of others political-military forces and civil society around the process opened space for the deadly attack against the Togo team in 2010, revealing the weakness of the peace process. If one of the major tendencies today reckons «decentralization» of State power as a mechanism for conflict resolution in Africa, will principles established in the special status guaranty the way out of this conflict?

* A temática desenvolvida neste artigo tem o seu fundamento na tese de mestrado com o tema “Angola: Governação Local e Estatuto Político-administrativo da Província de Cabinda” que o autor está a elaborar na área de Ciência Política: Cidadania e Governação, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Introdução

O Estado angolano como instituição soberana está compelida a descentralizar os seus poderes para os níveis subnacionais com a criação de governos locais como actores imprescindíveis para dirimir a incidência da conflitualidade armada, garantir a paz e a reconciliação nacional, condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país¹, assim associando as populações na resolução dos seus problemas. A ideia básica desta problemática evidencia a questão da distribuição do poder do centro para outros níveis de organização territorial ou funcional, que não sejam o Estado. Apontada como uma reforma impulsionada do exterior por forças neoliberais, contudo, hoje em dia, as relações Ocidente e África estão numa fase crítica (Klotz, 2007) após os insucessos registados no continente com as políticas de ajustamento estrutural que fizeram proliferar os Estados falhados (Bouquet, 2009; Otayek, 2007) à mercê da crise do Estado africano pós-colonial.

Essencialmente uma crise da governação, a (re)construção do Estado soberano com o formato de Estado-nação em África revela ainda a inépcia dos governantes africanos em criarem mecanismos institucionais de integração nacional das suas diversas comunidades locais que desde as independências empreenderam-se a contestar e a desafiar a soberania nacional.² São apontadas algumas mudanças significativas na dinâmica populacional e territorial, na economia e ao nível político-administrativo no continente neste novo milénio³. Porém, a pobreza, má nutrição e carências de bens primários, as doenças, os refugiados, as violações sexuais e dos direitos humanos, a privação das liberdades individuais, os golpes militares, as guerras civis, o terrorismo transnacional, etc, constituem uma lista não exaus-

1 *Power-sharing* (partilha do poder), *State-building* (construção do Estado) e *Peace-keeping* (manutenção da paz) são três conceitos que têm acompanhado as dinâmicas pós-conflito em toda África relativamente aos debates sobre a prevenção e a resolução dos conflitos violentos.

2 Os partidos políticos, sindicatos, igrejas, organizações não-governamentais, movimentos regionalistas e localismos, poderes tradicionais, estruturas militares, etc., constituem algumas fontes de contestação à soberania estadual em África e a década de 90 foi o epicentro deste fenómeno: alega-se que o novo poder soberano é autoritário e sofre da crise de legitimidade para representar e defender todos os interesses das demais comunidades, senão daquelas que capturaram a sede do poder político na sequência das descolonizações (Colin, 2011; Mehler, 2009; Schlichte, 2005; Guedes, 2003; Olowu, 1996).

3 Com uma população estimada de 933 milhões de habitantes, o continente africano cresce em média a 2,5% por ano, sendo a maioria jovem de cerca de 20 anos, com um crescimento urbano galopante (40-70%) e cidades de mais de 1 milhão de habitantes, mas apresenta um fraco capital humano, falta de infraestruturas, uma taxa de alfabetização que varia entre 40 e 60%.

tiva dos males da África actual. Apesar deste quadro sombrio, são observáveis as tentativas de resolução dos conflitos armados, essencialmente nos países saídos de guerras civis. Os esforços para a paz como imperativo do desenvolvimento permitiram registar algumas tendências importantes: a maioria dos conflitos armados cessa pelo aniquilamento trágico de uma parte ou pelo encontro de um ponto de equilíbrio para ambas as partes, da qual exige cedências e ganhos. Embora a primeira via, dominar a literatura clássica sobre o término dos conflitos armados violentos, a segunda via, que privilegia o diálogo entre as partes envolvidas no conflito, leva Hartzell e Hoddie a observar que “[as] soluções negociadas são a forma dominante para acabar com as guerras hoje em dia a nível mundial.”⁴ Analisando alguns casos empíricos, Mehler descobre que:

“Nem todas as soluções negociadas de conflitos violentos são sustentáveis. Perder a paz é uma perspectiva terrível para as várias partes interessadas e a análise não pode parar com a assinatura de um acordo de paz. Uma outra tendência ganhou força: os elementos de partilha de poder estão presentes na maioria das vezes quando os acordos de paz são celebrados neste novo milénio, sobretudo em África” (Mehler, 2009: 4).

Em Angola, após sucessivos acordos de paz⁵ para resolver e terminar com a guerra civil pós-independência que levou o país ao colapso, vai finalmente arrançar o processo de democratização repleto de acontecimentos simbólicos⁶, entre eles, o alcance do acordo de paz muito contestado em Cabinda (2006). O conflito

Economicamente, os países registam fortes crescimentos económicos (uma média entre 4%-6% por ano), contudo, o continente é ainda pouco desenvolvido economicamente, localizando-se na África Subsariana 18 dos 47 países menos desenvolvidos no mundo. No plano político, o virar do século XX revela um aumento dos regimes de cariz democrático, a consagração do multipartidarismo e do sufrágio universal e persiste a tendência da centralização administrativa com a nomeação de certas categorias de dirigentes locais (governadores, administradores, etc.). Ao lado dos Estados unitários (que são a maioria), encontram-se três Estados de regime federal: África do Sul, Etiópia e Nigéria. (Letaief, Mback, Mbassi e Ndiaye, 2008: 25-29).

4 Hartzell e Hoddie (2007, citado por Mehler, 2009: 4).

5 Assinala-se os «Acordos de Nova Iorque, Dezembro de 1988»; «Acordos de Gbadolite, Junho 1989»; «Acordos de Paz de Bicesse, Maio de 1991»; «Protocolo de Lusaka, Novembro de 1994»; «Memorando de Entendimento de Luena, Abril de 2002» e o «Memorando de Entendimento para a Paz de Cabinda, Agosto de 2006» (Bakwesegha e Chembeze, 2006: 29; Guedes, 2003: 234).

6 Entre esses acontecimentos importantes, temos: o final da guerra em 2002 entre o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o *boom* económico a dois dígitos, as legislativas de Setembro de 2008 onde o MPLA ganhou com mais de 80% dos votos para legitimar o Governo que lidera desde 1975 e seu projecto de sociedade, a nova Constituição promulgada em 2010, as eleições presidenciais e autárquicas à vista.

armado em Cabinda parece exclusivamente depender da vontade política do executivo angolano em vez de envolver toda a sociedade política nacional angolana, requerendo uma via de solução também política, apesar de ser muitas vezes cingido à lógica meramente economicista. Segundo Mabeko-Tali “(...) o essencial do debate dos últimos anos sobre o futuro estatuto de Cabinda tem girado à volta do binómio autonomia/independência” (2001: 57) e o governo central parece assumir a possibilidade da autonomia gradual ao nível provincial respeitando os traços constitucionais de uma república unitária. Contrariamente a todas as expectativas suscitadas pelo acordo de paz, o conflito armado na Província de Cabinda continua e agudizaram-se as contestações ao MEPRC quer no seio da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), quer por parte dos restantes movimentos sociais de Cabinda, minando a estratégia de acomodação política posta em marcha pelo governo angolano e a reconciliação face aos múltiplos actores envolvidos no conflito. O período que seguiu ao acordo de paz atizou ainda mais o clima de tensão político-militar latente, entre o medo e a repressão, em particular contra os dissidentes do acordo, em detrimento dos esforços para fortalecer um clima de paz já muito precária. (Reed, 2009; Mabeko-Tali, 2008). E por último, a proposta de Estatuto Especial (EE) ao nível provincial, à luz do sistema político-administrativo vigente em Angola, descarta as hipóteses de quaisquer tipos de autonomia para este nível territorial imediatamente abaixo do Estado, como veremos nos outros pontos deste artigo. Todos estes factores conjugados abriram o espaço propício para o atentado mortífero contra a selecção do Togo em Cabinda no ano de 2010, fragilizando o processo de paz na província.⁷ Ainda recentemente se registaram ações isoladas visando novas negociações que também falharam. Cartografada a paisagem política angolana naqueles termos, interessa-nos especificamente a questão do EE na perspectiva de constituir um instrumento democrático importante, entre vários, na tentativa de resolução do conflito e de garantir a paz necessária ao exercício da cidadania pela população do território de Cabinda. Entretanto, o respectivo EE de “(...) âmbito político-administrativo que decorre da especificidade histórico-geográfica e cultural da Província” opera na base da desconcentração e descentralização administrativa na relação entre o governo central e o governo local em Cabinda. Assim, questionamos: se uma das maiores tendências actuais inscreve a descentralização do poder do Estado como mecanismo privilegiado de resolução dos conflitos em África, poderão as bases do estatuto especial assegurar o fim deste conflito?

7 Na sua alocução ao país sobre o «Estado da Nação» na Assembleia Nacional de Angola, o “presidente [Eduardo dos Santos] admite problemas de segurança em Cabinda, [e] responsabiliza «influências externas pela instabilidade no enclave Cabindês»”. (Voz da América – VOA –, 2010)

Da Estratégia na Abordagem à Questão em Análise e Pistas de Respostas

Os argumentos de respostas à questão central foram conseguidos combinando o trabalho de campo realizado em 2009 (Portugal e Angola) com a pesquisa documental efectuada através da consulta à bibliografia recente sobre a temática da descentralização e suas variantes, mormente quando concebida como mecanismo de difusão do poder do Estado e como via de saída de conflitos armados violentos. A pesquisa optou por uma metodologia qualitativa para este estudo de caso. O «rigor da metodologia científica» recomenda que o investigador torne públicas as fontes da sua inspiração e reflexão⁸, assim, optamos pelas entrevistas semi-estruturadas na recolha das opiniões dos especialistas.⁹ Atendendo as demais leis de regulamentação, a descentralização em Angola no período da assinatura do acordo de paz de Cabinda (2006), há espaço para argumentar que os princípios que regem o sistema político-administrativo provincial actual afastam as hipóteses de se instituir em Cabinda um governo local detentor de poderes que lhe permita, através dos seus actos e moldura institucional envolvente, labutar para materializar as especificidades históricas, geográficas e culturais do território em face do poder muito centralizado em Luanda.

Os Dilemas da Construção e Crise do Estado em África

O Estado moderno, em termos gerais, corresponde a uma sociedade politicamente organizada para satisfação dos interesses coletivos e dos cidadãos. Estes objectivos são alcançados pela pilotagem de um aparelho político-administrativo estabelecido numa base legal-institucional, isto é, a Constituição. À luz da ciência política e de-

8 “O desenvolvimento de um trabalho académico, para além da criação de ideias próprias, também utiliza fontes de terceiros, que devem ser identificadas (através da citação no corpo do texto e referência na bibliografia), comentadas ou discutidas no corpo do texto (Sarmiento, 2008: 35)

9 As seguintes pessoas partilharam as suas opiniões: Professor Adriano Moreira (Academia das Ciências de Lisboa), Professor Armando M. Guedes (Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Direito); Professor Eduardo V. C. Pinto (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa); Professor Jacob Massuanganhe (Chefe do projecto sobre a descentralização e governação democrática da PNUD em Angola); Professor Jorge Miranda (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa). Os especialistas têm investigações publicadas sobre a temática da descentralização que serviu de base para analisar o Estatuto Especial de Cabinda. Algumas personalidades contactadas fizeram parte das negociações do acordo de paz de Cabinda e requereram o anonimato pelas suas opiniões. As entrevistas abrangeram juristas, constitucionalistas, politólogos, etc.

mais ciências afins que centralizam as suas análises sobre a natureza do poder nas sociedades complexas, muitos autores apontam que o Estado não será a única forma de organização política que serviu de regulação à necessidade gregária do homem na *polis*, levando Yves-Marie Adeline a identificar diversas formas de coabitação entre os homens, desde a família, a tribo, o clã, a nação, passando pelo reino, império, o Estado, a federação até a confederação (Adeline, 2007: 6). A identificação do fenómeno político¹⁰ hoje observado em África deixa evidente a sua especificidade, manifesta nas diversas fases da evolução da história africana, quer anterior quer posterior à colonização (Gazibo e Thiriot, 2009: 21-22). África conheceu várias formas do fenómeno político, erguendo-se algumas formações territoriais em Estados autênticos (Gazibo e Thiriot, 2009: 23; Balandier, 2004; Godinec, 1985). Apesar do formato moderno assentar na territorialidade e na soberania do poder político, é também exequível observar que a noção da soberania¹¹ serviu para qualificar a supremacia de tal poder sobre um determinado espaço geográfico e independente em face das outras manifestações políticas estrangeiras. Face a essa ideia, um olhar entrecruzado entre os continentes mostra que o *Scramble for Africa* pelo movimento do imperialismo colonial nos finais do século XIX foi simplesmente o que Stephen D. Krasner (1999: 6) defendeu como *organized hypocrisy* (Nye, 2002; Moreira, 2002: 105, 268; Wheeler, 2009: 77).¹² O Estado moderno em África é um fenómeno do século XX e os autores

10 “O fenómeno político é todo o acontecimento implicado na luta pela aquisição, manutenção, exercício, controlo e subversão do Poder na sociedade.” (Lara, 1998: 15-27). Gazibo e Thiriot (2004: 22) realçam que em África, os debates sobre o Estado e o poder tiveram origem nos antropólogos, essencialmente nos trabalhos sobre os sistemas políticos das sociedades e grupos africanos antes do período colonial. Já existem quadros de sínteses actuais nos escritos de Peter Geschiere (1991), Daniel Bourmaud (1997), Meyer Fortes e Edward Evans-Pritchard (1940), Lucie Mair (1962), Jacques Maquet (1962), Georges Balandier (2004), etc.

11 De facto, internamente, nunca esse poder político soberano se consolidou na fase que viu nascer o Estado moderno (na Europa), levou tempo para a sua autonomia sobre a sociedade e outras manifestações políticas de origem privada. Externamente é mais evidente que o postulado da independência e igualdades foi claramente sacrificado ao nível das relações entre as formações estatais quer ocidentais quer extra-ocidentais. Por isso, da ordem medieval para a moderna “[...] é a posse da soberania que distingue o Estado das demais formas de governo e de associação humana que o precederam, que o caracterizam e que o torna supremo sobre as demais associações que integra”. Harold Laski (citado por Amaral, 1998: 56-57); vide também Fontes (2009: 23).

12 Em *O desastre da Etiópia*, Joseph S. Nye argumenta que “a Itália há muito que planeava anexar a Etiópia; não apenas se encontrava perto das colónias italianas (Eritreia), como os fascistas se sentiam afrontados com o fato dos Etíopes terem frustrado uma tentativa italiana para os colonizar durante a Era imperialista no século XIX. Os ideólogos fascistas argumentaram que esse “erro” histórico deveria ser retificado [...] apesar da existência de um tratado de paz entre a Etiópia e a Itália. Em Outubro de 1935, a Itália invadiu a Etiópia, [...] um caso claro de agressão [...]” (Nye, 2002: 111-113) Ver também as análises críticas sobre o sistema internacional feitas por Waltz (2002: 129-184).

apelidam-no de “novo Estado” (Demartis, 2002: 198; Lara, 2005: 262; Nye, 2002: 262; Godinec, 1984: 13; Guedes, 2003). Contudo, a modernidade do Estado em África desafia os quadros teóricos assentes no tipo ideal weberiano (Balandier, 2004: 175; Moreira, 2002: 352-358) que a elite independentista procurou materializar após a ascensão à independência da maioria dos Estados africanos (em 1960), saldando-se em autoritarismos. Internamente, os esforços para governar as sociedades africanas confrontam-se com a complexa dualidade entre modernidade e tradição relativamente à institucionalização das estruturas políticas e administrativas.¹³

A filosofia do Estado moderno essencialmente centralizadora e homogeneizadora, que não admite as diferenças internas centrífugas, ainda não vingou em muitas regiões de África. Conforme os traços que aponta Sindjoun (2009), a territorialidade, o monopólio da violência e os problemas ligados à relação população/Estado, existe uma crise evidente da soberania interna do Estado que, segundo Guedes, abortou o processo de construção do Estado (2009, entrevistado pelo autor). “Daí a pertinência da tese de R. H. Jackson, segundo a qual a soberania dos Estados africanos é uma ficção” (Sindjoun, 2009: 323).¹⁴ Os perigos da falta de integração nacional escalaram aos extremos e o contraste da diversidade e heterogeneidade sociológicas, longe de acomodação e institucionalização das estruturas internas, continuam ainda muito fortes pelos efeitos decorrentes da má governação¹⁵ do poder político¹⁶ nos países africanos onde as dinâmicas tribais, locais como regionais, continuam gritantes, combatidas por serem consideradas pelo poder central como perigosas à unidade nacional. A questão territorial tem suscitado imensos problemas e dificuldades na dinâmica cultural. Os defeitos do mimetismo que a construção da “Nação” pelo Estado acarreta levaram a elite governante à preferência de um poder centralizado a todos os níveis – político, institucional, económico e financeiro (Olowu, 1996: 120-21) na capital e a sua completa inexistência nas restantes partes do território nacional,

13 Herskovits (citado por Godinec, 1985: 15) realça que “[...] em toda África, longe dos centros administrativos e comerciais, os antigos modelos perduravam e a vida continuava como antes da chegada dos Europeus.” O autor reforça que “hoje ainda, não está excluído que o novo Estado continua a ser influenciado pelo velho passado africano.”

14 Para Luc Sindjoun (2009: 323) esta tese de R.H. Jackson não tem originalidade atendendo que a soberania imposta na Conferência de Vestefália de 1648 é antes de tudo um acordo organizado por princípios de direito público com ênfase na realidade europeia ao ponto em que foi descrita como hipocrisia organizada.

15 Misuraca (2007: 13-14) entende que “a boa governação é o aspecto positivo da governação [...]. Mas a má governação [...] é a “personalização do poder, a falta de direitos humanos, a corrupção endêmica e os governos não eleitos e não responsáveis”.

16 Sobre a forma como o poder político soberano pós-colonial em África organizou e gerou até à data o território e a respectiva administração dos bens públicos, são frequentes os vocábulos como: “patrimonialismo”, “predação”, etc.

principalmente no meio rural, onde Bouquet (2009) observa a permanência ainda recente das estruturas tradicionais do poder (na aldeia, no campo ou na escala dos vestígios de antigos reinos ou impérios).

Os problemas da crise do Estado emanam também das influências externas (Maclean, 2001: 148-149; Grovogui, 2001: 44; Dunn, 2001: 50-55) em que se juntam atores estatais (Estados hegemónicos) e não-estatais (instituições financeiras internacionais, personalidades regionais fortes/senhores da guerra, interesses comerciais internacionais, corporações militares não-estatais), etc., que sempre influenciam directa ou indirectamente a política interna dos países africanos. Para esses autores, esses factores influem claramente na incapacidade de afirmação do Estado soberano africano em face da sociedade sobre a qual supostamente deveria exercer o monopólio do uso legítimo da violência. Bangoura assinala que “[neste] caso, o monopólio político da violência não é detido pelo Estado, mas pelo poder político (governo/partido hegemónico) em detrimento do Estado” (1997: 225). Aqueles factores (internos/externos) transformaram-se em graves problemas a que os Estados africanos são compelidos a dar soluções imediatas e de longo prazo de forma a acompanhar os movimentos democráticos da «terceira vaga» (Huntington, 1991: 57; Gazibo e Thiriot, 2009: 14; Bruyne e Kabamba, 2001: 11) conjugados com a globalização, deflagrando em todo mundo a eficácia na luta e consequente vitória sobre muitos regimes autoritários (Fukuyama, 2006: 37-41 e 48; Dougherty e Pfaltzgraff, 2003: 20; Guedes, 2004). O Estado em África não escapa às forças da democracia, desafiada a sua soberania interna pelas forças locais, requer hoje em dia a sua reconstrução¹⁷. Com o continente a “fogo e sangue”, a crise do Estado africano soberano constitui a principal causa das crises e conflitos armados internos violentos.

Circunscrição da Noção de Conflito Armado Interno e sua Resolução

A literatura do recurso à violência¹⁸ indica que o conflito, enquanto fenómeno sociopolítico, emana da natureza intrinsecamente conflitual da espécie humana e da sua condição social. Trata-se de uma situação em que existe uma «condição de

17 Mais ainda, com a globalização, o ideal moderno do Estado diluiu-se na contemporaneidade. As clivagens étnicas, religiosas, linguísticas, culturais, geográfico-territorial, etc., desencadearam a erosão da soberania do Estado em todo o mundo e os autores apontam o seu recuo nas prerrogativas outrora objecto de seu monopólio para serem transferidas às comunidades não só intermédias ou inferiores, assim como supranacionais, por mecanismos democráticos, entre outros, a descentralização e a autonomia, com vista a governação democrática das sociedades.

18 A violência “(...) é a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo, tendo por finalidade destruir, ofender e coagir” (Stoppino, 1998: 291).

oposição» e as partes com objectivos opostos afectam-se umas às outras. Segundo Wunsch, os conflitos podem assumir formas diversas, verbal ou física, com efeitos às vezes nefastos. A oposição de interesses¹⁹ e a incapacidade de a resolver leva ao recurso à violência; nesta situação, o conflito é violento quando se recorre à força para o resolver. O conflito armado é um processo dinâmico de confronto violento entre partes antagónicas que visam controlar ou destruir o oponente, recorrendo à força militar (Francis, 2006: 70-71; Lazarte-Hyle e Cunniah, 2010: 1-2). Ao serviço do soberano moderno, a coerção tem-se revelado num instrumento político habitual de resolução dos antagonismos entre Estados e povos (Chautard, 2005: 11; Wunsch, 2005: 1; Crawford e Hartmann, 2008: 10; Oliveira, 2011: 27-33). A “guerra” será assim uma forma específica de conflito violento.²⁰ As guerras podem eclodir entre Estados soberanos ou no interior dos mesmos e fala-se de conflito armado internacional e de conflito armado não internacional.

O primeiro confronta dois ou mais Estados através das forças armadas organizadas. O segundo acontece quando dois grupos se confrontam no território do mesmo país, ou seja, as forças armadas governamentais enfrentam grupos armados organizados no interior do território nacional. (Lazarte-Hyle e Cunniah, 2010: 2) Quanto aos conflitos armados internos, alista-se vários tipos: “a guerra subversiva, a revolta militar, o golpe de estado, a revolução e a guerra civil” (Garcia, 2003). Contudo, ao contrário das revoltas e outras perturbações internas de menor grau, a guerra civil²¹ caracteriza-se por um espaço mais abrangente, um tempo relativamente mais longo e protagonistas organizados, com objectivos e uma forma de actuação calculada.

As últimas décadas revelaram a preponderância dos conflitos armados intra-estatais em todo mundo, designados de “novos” pelos seus fatores, objetivos e

19 “Os mal-entendidos da vida quotidiana à gestão das actividades de maior escala que requerem a cooperação de muitas pessoas, a realidade da limitação dos recursos face às necessidades humanas muitas vezes ilimitadas, as pessoas se chocam quase todos os dias da sua vida. (...) Os conflitos podem destacar tensões latentes, questões não resolvidas, os acordos e soluções não satisfatórias para muitas pessoas ou que não apoiam os objectivos importantes destacados” (Wunsch, 2005). [Tradução nossa]

20 Entendida como ato de violência entre dois grupos políticos organizados onde se prevê, pelo menos, o recurso à luta armada, visando um determinado fim político em que cada um dos adversários procura obrigar o outro a submeter-se à sua vontade, ou seja, a capitular (Lara, 2005: 323; Couto, 1989, citado por Garcia, 2003)

21 A *Encyclopedia of Violence, Peace and Conflict* (1999: 279) define a guerra civil como: (1) conflito entre as forças militares de um Estado e as forças insurgidas constituídas (residentes); (2) uma insurreição armada que pode levar à amputação territorial do Estado; (3) implica sempre os vizinhos regionais ou as grandes potências; (4) alguns estudiosos preferem o termo “guerra mista”. São exemplos a Guerra do Biafra (1967-1970), o genocídio do Ruanda (1994-), o conflito de Darfur (Sudão). São apontados outros aspectos: quantitativos, subjectivos, objectivos e escala do conflito (Elbadawi e Sambani, 2000: 5)

consequências.²² Analisados os conflitos armados intraestatais atuais por Oliveira (2011: 34-44)²³, observa-se que tendem a ser sem objectivos nem planos, nem estratégias, saldando-se em mortes e destruição. Qualquer revolta local pode tomar proporções epidémicas. São esses tipos de conflitos armados que registam uma maior incidência em todo o continente africano no século XXI, tendo por isso suscitado a preocupação de académicos, personalidades políticas, organizações regionais, sub-regionais e internacionais para encontrar as estratégias de prevenção e resolução pacífica dos conflitos em África.

Não é possível remover totalmente o conflito na sociedade humana, contudo, é possível encontrar mecanismos para conter os efeitos nefastos quando atingem a escala da violência armada, sendo possível equacionar soluções equilibradas entre as partes antagónicas envolvidas no diferendo. Mesmo assim, Crawford e Harmann (2008: 10-11) advertem que “se há menos consenso sobre as causas do conflito, ainda há menos sobre a possibilidade de terminar com os conflitos”. Segundo Lazarte-Hyle e Cunniah (2010: 5-7), a prevenção de conflitos visa “encontrar mecanismos e acções para reduzir o risco de ocorrência e recomeço de conflitos armados e confrontos violentos numa sociedade, apagando as tensões existentes entre as partes opostas”; a resolução dos conflitos, “[...] é um processo que inclui iniciativas de curto e longo prazo para terminar com a violência e os combates e remediar às causas estruturais, transformando-o num conflito gerido sobre bases pacíficas”. Estes autores indicam algumas etapas para realmente se chegar a uma resolução final do conflito, entre as quais, a gestão do conflito, a resolução do conflito, a implementação dos acordos de paz, a eliminação das causas estruturais e a reconciliação. Para Rupesinghe (citado por Crawford e Hartmann, 2008: 11), a questão central não está relacionada com os conflitos em si, mas com a forma como são geridos e resolvidos. Nesta base, Santo (2009) indica duas estratégias utilizadas pelos Estados para lidar com os conflitos inter-

22 A influência da globalização e consequente fragmentação do sistema internacional levaram os conflitos armados no interior dos Estados, enquanto o medo gerado pelo nuclear reduziu os conflitos inter-estatais, alargando as possibilidades de cooperação e dialogo para prevenir os conflitos e resolvê-los, onde intervêm as Nações Unidas, organizações regionais e sub-regionais, etc.

23 Segundo Oliveira, esses conflitos armados actuais “confrontam entidades nacionais [Estados] a organizações diversas, cujos membros são qualificados como bandidos, terroristas, guerrilheiros ou milícias que não representam qualquer Estado, raramente dispõem de exército convencional, não obedecem a nenhum governo e se fundem [...] com as populações. Os combates desenvolvem-se agora por uma miríade de guerrilhas, por vezes muito bem armadas, que contam com o apoio de mercenários e simpatizantes e por regra dispõem de um forte apoio externo. [...] Podem afectar os países vizinhos [...]. Assumem diversas formas [em função das causas]. [...] Embora de baixa intensidade, estes conflitos são muito sangrentos.”

nos: a estratégia de confronto ou a estratégia de acomodação.²⁴ Para os grupos em confronto com os Estados, Santo acresce duas hipóteses: ou acomodam-se ou resistem.²⁵ Com essas premissas, Oliveira (2011: 50-51) indica “a característica principal da resolução dos conflitos: os ‘terceiros’, que não fazendo parte do conflito, utilizam os seus meios para o resolver”. Os atores como as Nações Unidas, as Organizações regionais, personalidades políticas (locais ou nacionais), etc., intervêm e cooperam para dissuadir e prevenir o recurso à violência armada. Também os acordos de paz²⁶ visam pôr fim aos conflitos.

Os teóricos da resolução dos conflitos armados apontam uma tendência importante para terminar com os conflitos armados, a qual frequentemente consiste na inclusão dos elementos de partilha do poder (político, económico, militar, etc.) nos acordos de paz assinados (Mehler, 2009; Benedikter, 2009; Crawford e Harmann, 2008; Noel, 2005; Tavares, 2008: 54). Segundo Noel (2005), esses mecanismos podem incluir: a representação no parlamento; um governo alargado (governo de união/coligação); a atribuição de poder de veto/co-decisão; a representação proporcional na administração pública e; a descentralização e a autonomia. Benedikter (2008: 8) reforça que esses acordos e tratados de paz podem ter por fundamento a legislação constitucional ou orgânica e os estatutos de autonomia, transformando muitos conflitos armados internos em formas institucionalizadas de partilha de poder, participação na tomada das decisões e formas estáveis de auto-governo territorial. De entre estes vários mecanismos, discutiremos noutros pontos deste texto o mecanismo que destaca a descentralização e autonomia como mecanismos privilegiados de resolução de conflitos para uma saída de longo prazo.

24 “A estratégia de confronto visa a resolução do conflito pela eliminação de uma das partes”. Recorre à assimilação, ao genocídio (cultural, imigração forçada, deportação ou expulsão), limpeza étnica, reagrupamento (deslocação interna) e substituição. A estratégia de acomodação permite às partes em conflito aceitarem os princípios da inclusão e cooperação na sua resolução (Santo, 2009). À violência seguirá a violência (estratégia de confronto) e nem sempre a acomodação resolve o conflito e as marcas profundas do conflito eternizam-se.

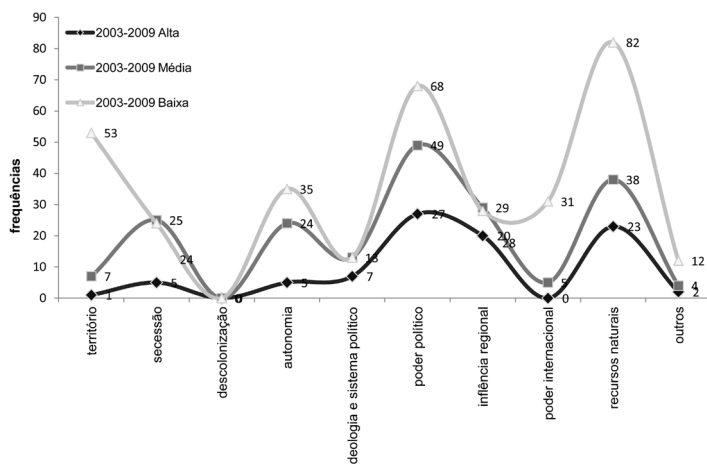
25 Nem sempre a estratégia da acomodação produz os resultados esperados, pode gerar a frustração e o fortalecimento da resistência dos grupos rebeldes que tendem a intensificar a violência armada para a defesa das suas aspirações, recorrendo à guerrilha, ao terrorismo internacional, à limpeza étnica e genocídio, à ocupação de territórios além dos limites do auto-proclamado Estado.

26 Na figura de um contrato, deve engajar não só as partes principais, mas toda a sociedade em que o conflito eclodiu, além de favorecer mecanismos integrativos e sustentáveis para a paz. As partes devem demonstrar a vontade política e confiança para respeitar os acordos e a execução do referido contrato, empregando esforços permanentes com vista ao diálogo. As disposições dos acordos devem ser explícitos sobre as matérias importantes a serem concretizados para a consolidação da paz (Lazarte-Hyle e Cunniyah, 2010: 7-9).

O Panorama da Conflitualidade Armada Interna em África

Embora em média o mundo tenha registado indicadores crescentes de paz, o continente africano alista índices relativamente baixos em termos da paz. Observa-se uma diminuição não muito significativa da incidência armada à entrada do século XXI, onde a África subsariana é a segunda região com maior incidência. (Smith, 2008: 58-59; Conflict Barometer 2007: 3; 2009: 2-3) Um olhar sobre a evolução da incidência da conflitualidade armada mostra que depois da vaga das independências (1960), a década de 1990 foi o período em que o conflito intraestatal atingiu o apogeu em África, influenciado quer pelas forças externas quer pelos factores internos (onde as disputas são: territorial, secessão, autonomia, lutas pelo poder, lutas pela hegemonia regional e recursos naturais, etc.), visível na figura 1.

Figura 1 – Causas de conflitos em função da intensidade dos mesmos



Fonte: Figura elaborada pelo autor (CB 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009)

Das guerras de libertação nacionais às guerras territoriais entre Estados, passando por guerras civis e outros conflitos internos de baixa intensidade, muitos países africanos tornaram-se palco da implicância direta dos exércitos dos Estados vizinhos, da beligerância aberta entre governos e movimentos de guerrilha dentro de um ou de vários Estados.²⁷ Muitos conflitos armados atuais, têm as marcas da luta pelos recursos naturais, cada nova descoberta intensifica a sua incidência.

²⁷ Os conflitos armados em Angola (1975-2002), na República Democrática do Congo (RDC-, 1998-2002) e no Golfo da Guiné, ilustram esta dinâmica. A guerra civil angolana e da RDC apresenta todos os traços destes novos conflitos internos, com a pilhagem sistemática dos re-

Há conflitos que são latentes mas ignorados pela opinião pública internacional por respeito à lógica das soberanias estatais. Não obstante, as consequências dessas guerras são dramáticas: os efeitos imediatos e de longo prazo são catastróficos²⁸ e os números de mortes e deslocados são alarmantes.²⁹ As tentativas de prevenção desses conflitos requerem maior diversificação das iniciativas e meios empregues pelas instituições internacionais e regionais, havendo cada vez mais soluções que buscam estratégias não bélicas nos diversos casos de resolução de conflitos armados internos (Mehler, 2009: 4; Tavares, 2008: 68; Roque, 2008: 45-47).

Descentralização e Resolução dos Conflitos Armados Internos: Contexto Africano

A “descentralização” que integra a agenda internacional ganhou reforços significativos nos países em via de desenvolvimento, particularmente em África, onde a prática institucional tende a infirmar as probabilidades do seu sucesso.

Discutir a forma como é feita a governação da província de Cabinda entra na matriz global actual, isto é, traz à mesa os conceitos de descentralização e autonomia como pilares em que se inscreve o caminho da democratização das estruturas da governação no quadro de um Estado de Direito Democrático respeitador da lei e dos direitos humanos, e que busca responder ao pluralismo de interesses provenientes das entidades tanto públicas, para além do Estado, as regiões/províncias, as cidades, os municípios, como privadas (organizações internacionais, não governamentais, associações e movimentos da sociedade civil, etc.) a quem são transfe-

cursos naturais quer pelos governos centrais quer por grupos rebeldes como meio de financiamento das lutas. O Golfo da Guiné tornou-se também o palco dos conflitos em consequência da abundância do petróleo, do ouro, dos diamantes e demais recursos naturais que continuam a atizar a cobiça (Leal, 2009).

28 Entre essas consequências, identificam-se: as baixas esperanças médias de vida, má nutrição, carências em bens primários (água, luz, educação, transportes, etc), infra-estruturas socioeconómicas arruinadas, desigualdades vincadas na distribuição das riquezas, milhões de mortes em genocídios e doenças, milhões de deslocados, minas anti-pessoais, crianças soldados, etc.

29 A guerra civil angolana (1975-2002) fez mais de quinhentos mil mortos e centenas de milhares de refugiados. A “Guerra dos Grandes Lagos” (1994-1997, 1998-2007 e 2008-), conhecida por extensão como a “Guerra do Kivu” na RDC, fez cerca de 5 milhões de mortes e 2 milhões de pessoas refugiaram-se para territórios vizinhos. Esta guerra dura há 15 anos, implicando várias rebeliões e os países vizinhos: Ruanda, Burundi, Uganda, Angola, Congo-Brazaville, República Centro-africana, Zâmbia, Zimbabwe (Colin, 2009).

ridos poderes em certos domínios cujo exercício com autonomia e liberdade afasta a tutela da administração central.

O debate teórico mostra que não existe uma definição consensual do conceito de descentralização, assim, olhamos as características principais e a tipologia. A descentralização não é autonomia no sentido da soberania e autodeterminação, contudo, serve de instrumento de organização do próprio Estado para uma maior integração, representação e participação das comunidades dos cidadãos. A descentralização é a transferência de poderes e recursos para os governos subnacionais (região/província, município, aldeia), etc. Pode incidir sobre os aspectos administrativo, político, financeiro, etc. Segundo Massuanganhe (2009), existem vários tipos de descentralização:

- Descentralização administrativa: transferência de autoridade na tomada de decisão, recursos e responsabilidades de provisão de serviços de níveis superiores para nível inferiores. Pode assumir a forma de desconcentração³⁰ ou delegação³¹;
- Descentralização política: transferência de poder e autoridades, funções e recursos através de provisões legais. A transferência é feita dentro das estruturas políticas formais. Assume a forma de devolução³² ou Federação/Sub-estados³³;
- Descentralização fiscal: visa estabelecer a autoridade de unidades desconcentradas ou descentralizadas com capacidade para decidirem sobre as despesas usando o fundo de tesouro central ou os recursos locais. Pode ser através de transferências não condicionais³⁴ ou transferências condicionais³⁵;

30 Transferência de autoridade e responsabilidade na tomada de decisão de um nível superior para o inferior mantendo o nível de hierarquia. Não implica autoridade de actuar em nome da entidade desconcentrada, mas a integração na estrutura local.

31 Transferência de funções e recursos para uma autoridade subordinada hierarquicamente com a capacidade de actuar em nome da autoridade superior sem que haja uma transferência formal da autoridade dentro da estrutura.

32 Transferência de responsabilidade, tomada de decisão, recursos e criação de receitas para entidades locais. São entidades parcialmente independentes da autoridade central do Estado que exerce sobre elas uma tutela administrativa (autarquias, de base municipal ou supra-municipal). Normalmente são entidades eleitas por sufrágio (com uma assembleia e um Conselho Executivo).

33 Formas constitucionais de representação do estado em territórios inferiores, com mandatos supremos. Implica, transferência total do poder estatal e de autoridade do Estado. Mantém um vínculo constitucional com autoridade central.

34 Consistem na alocação dos recursos para os níveis desconcentrados das actividades públicas.

35 É o processo de transferência de recursos para os níveis descentralizados para assegurar a funcionalidade e prestação de serviços públicos ao nível local.

- Privatização: transferência de funções e/ou serviços do sector público para o sector não público (privado, não governamental, sociedade civil, etc.). Envolve normalmente os contratos de compra e venda total ou parcial da representação do Estado. É realizada através da terciarização³⁶ ou do *outsourcing* ou alienação³⁷.

De entre estas formas, convém frisar que a desconcentração não é descentralização, aquela é um descongestionamento, isto é, o Estado permanece a única pessoa colectiva que exerce a função administrativa, mas dentro dele, há uma repartição de competências decisórias por vários órgãos desse mesmo Estado-administração. Os agentes da Administração local do Estado agem por delegação em nome, conta e interesse do poder central nas zonas afastadas da capital. Pelo contrário, a devolução que corresponde à descentralização permite a transferência de poderes políticos e administrativos do governo central para os níveis subnacionais em prol da democratização (Cameron, 1994: 7-8), embora certos autores entenderem que não leva necessariamente à democracia (Orre, 2007: 146). Face às diversas formas, Hartmann entende que a diferença assenta no grau de autonomia exercido pelos governos subnacionais em relação ao governo central. Administrativamente, a descentralização manifesta-se pela atribuição de funções administrativas aos entes descentralizados e decorre da autonomia local; contudo, a descentralização política consiste na atribuição de funções políticas que emanam da autonomia política (implica a descentralização de funções políticas e legislativas).³⁸ Portanto, a descentralização não afecta a unidade do Estado soberano, único detentor das prerrogativas legislativas e políticas, antes pelo contrário, circunscreve-se apenas à esfera administrativa.³⁹ Embora

36 Consiste na retirada parcial do Estado a favor de terceiros através da delegação de autoridade.

37 *Outsourcing* é a retirada do Estado através da delegação de responsabilidade ou passagem de um serviço público. Esta forma pode ser assumida através de parceria público-privada. Alienação é a retirada total do Estado e/ou a venda subsequente para terceiros.

38 Descentralização política equivale à autonomia política? De facto, não parece que assim o seja. Revejamo-nos nos argumentos apresentados por Amaral que sustenta que se trata "(...) de uma confusão propiciada por referência à uma subespécie «política» na literatura que defende a descentralização política como manifestação da autonomia política, por um lado, porque não discerne que a descentralização se afasta do âmbito do político e, por outro, não consegue ultrapassar o quadro estreito do paradigma do Estado moderno, suscitando situações antagónicas: (1) reduz-se todas as formas de distribuição do poder no seio do Estado à descentralização, e, leva-se (2) à incompreensão e rejeição da autonomia política como modalidade de partilha do poder político, esticando o conceito de descentralização à categoria de autonomia e, ao extremo, à autodeterminação e soberania (Amaral, 1998: 209-2011).

39 O seu domínio não vai para lá das tarefas de execução burocrática das opções políticas definidas pelos superiores hierárquicos, e estas unidades não têm capacidades para adoptar opções e valores privativos, apenas poderão adaptar as opções políticas gerais elaboradas pelo governo central às suas particularidades.

sejam eleitos os respectivos órgãos pela população, os entes descentralizados não são politicamente distintos dos órgãos centrais do poder que os tutelam, que os criaram e que os podem extinguir.

Contrariamente à desconcentração e à descentralização, a autonomia ultrapassa o domínio administrativo e penetra o âmbito do político. Logo, a autonomia de natureza política, ao invés da administrativa, edifica um tipo novo de Estado em que coexistem múltiplos centros de poder autónomos, com capacidade para adoptar e executar opções políticas privativas e normas jurídicas de valor idêntico às do Estado (Amaral, 1998: 215). As unidades autónomas possuem órgãos (governo e parlamento) de poder próprios, portanto, exercem um verdadeiro poder político⁴⁰.

A literatura sobre a provável existência de uma relação entre a descentralização e a resolução dos conflitos continua rara, contrastando com a abundância dos estudos que a indicam como estratégia e instrumento de redução da pobreza. As razões desta limitação têm a ver com o facto de os governos de países em situação de conflito violento tenderem a não aceitar a interferência de terceiros nos assuntos domésticos. Como o federalismo e a autonomia, a descentralização põe em questão a estrutura territorial de um Estado. São instrumentos de devolução do poder e integração dos grupos com interesses diferentes num Estado nacional, permitindo um certo grau de independência desses grupos (Schelnberger, 2008: 191).

A descentralização apresenta algumas oportunidades, isto é, ela pode fortalecer a inclusão e participação política das populações através dos seus governos eleitos, aproximando a administração dos administrados que podem responsabilizá-la; facilitar a dispersão do poder do centro para os níveis periféricos de um país; servir para o reforço da integração nacional e a legitimidade dos dirigentes; fortalecer as bases do Estado de direito e melhorar a prestação de serviços às populações. Ela implica também certos riscos, nomeadamente o fortalecimento das forças da oposição (tensões entre poder central e local); controlo dos órgãos locais pela elite política local com fraca base sociopolítica, intensificar as diferenças regionais, etc. (Hartmann, 2008: 173-178; Rosenbaum, 1998: 510-516).

Atendendo aos riscos e oportunidades, a África dos Estados soberanos revela claramente que as promessas sobre a descentralização falharam na sua aplicação prática, e na maioria das vezes se limitaram apenas ao nível da desconcentração.

40 Para facilitar a compreensão do poder que tem as entidades subnacionais, Adriano Moreira defendeu que estamos em presença de conceitos não abertos e que mexem com a sede do poder político, por isso, é “preciso discutir a administração descentralizada e unitária. Não é a mesma coisa. O poder regional (ou provincial, por analogia) é um poder político. Os Açores e a Madeira têm um poder político, vem do povo, há eleição, tem poder legislativo, executivo, etc., não é a mesma conversa da câmara municipal” (Moreira, 2009, entrevistado pelo autor).

Angola: Dilemas da Construção do Estado Pós-colonial e a Questão de Cabinda

O Estado moderno e contemporâneo é recente em África e a sua construção continua a ser complexa e dolorosa. A soberania que os movimentos de libertação nacional conquistaram dos impérios coloniais europeus ficou concentrada nas mãos de uma pequena elite político-militar. As profundas vicissitudes da construção do Estado em África têm-se manifestado também através das instituições. Angola pós-colonial revela claramente estes dilemas. Como frisa Tshiyembe (2003: 24):

“A guerra civil angolana (...) é o resultado de uma política de descolonização fracassada cuja consequência imediata foi a captura [unilateral] do poder em 1975 pelo MPLA, em detrimento de outros movimentos de libertação contra Portugal.”
(Tradução nossa)

O vazio de poder deixado pelo império colonial português abriu brechas na raiz desta guerra que rapidamente constituiria o palco onde as potências externas (Estados Unidos e União Soviética) se digladiaram no período da Guerra Fria. A derrota militar da UNITA em 2002 granjeou ao governo mais recursos financeiros e militares para enfrentar os movimentos independentistas de Cabinda principalmente graças às campanhas militares conhecidas por “Operação Vassoura” desencadeadas desde 2002 (Reed, 2009; Mabeko-Tali, 2008).

Cabinda no contexto angolano foi, e talvez continue a ser, uma das frentes onde o processo de descolonização fracassado deixou as marcas da cobiça quer regional quer internacional, obrigando o poder político instalado a encontrar mecanismos para solucionar um conflito que data de séculos, como ainda o reconhece Adriano Moreira⁴¹:

“ (...) O embaraço que não consentia fazer passar (...), a meditar (...), de completamente autonomizar Cabinda, quando o cheiro do petróleo obrigou a não esquecer que ali estava a costurada ameaça aos povos pobres pelos interesses multinacionais, e a repensar o tratado de Simulambuco, que com interpretação jurídica conveniente, legitimava uma atitude específica, talvez moderadora perante a ONU, quanto ao destino do território, um tema agora de novo a perturbar a restauração da paz em Angola.” (Moreira, 2008: 268-269).

41 Ministro do ultramar de Portugal (1961-1963), que entrevistámos em Março de 2009.

Nestes termos, a separação de Cabinda e Angola não seria uma novidade, pelo facto de haver uma história de séculos de tratamento autónomo de Cabinda como um reino africano com que Portugal tinha relações à luz do Tratado de Simulambuco (Guedes, 2009; Pinto, 2009). A falta de vontade de Portugal em executar o tratado levou a que, aos poucos, Cabinda fosse incorporado na realidade angolana (Pinto, 2009). Com o mesmo tratado, outros autores realçam que Cabinda fora colocado debaixo da protecção de Portugal gozando de um estatuto autónomo “(...) até 1957, data em que, unilateralmente, foi incluído no território de Angola, pelo governo português (...)” (Ramalho, citado por Pinto, 2004: 157). Contudo, Adriano Moreira advertiu que a ascensão à soberania internacional de Angola não foi o culminar do processo histórico, mas o resultado da força. Se o governo tem argumentado que Cabinda integra Angola, a FLEC e suas ramificações acusam aquele de ocupar militarmente o território e fundamentam o recurso às armas como estratégia de resistência e reclamação do direito à autodeterminação na base da descontinuidade geográfica e no passado histórico-cultural do território.

Resenha Histórico-política de Cabinda

O enclave de Cabinda, ex-protetorado colonial de Portugal, foi desde os tempos remotos subjugado à lógica de uma evolução de “passo a passo” (Guedes *et al*, 2003: 70-78; Pinto, 2009) até se tornar numa província que integra hoje em dia a divisão político-administrativa de Angola, Estado unitário. Situado na costa atlântica entre os dois Congos⁴² e estendendo-se numa fronteira marítima de 103 km, o território caracteriza-se, por um lado, pela insularidade geofísica (ver Mapa 1), ou seja, a saída para o mar da RDC separa-o do resto do país numa faixa territorial descontínua de cerca de 60 km (Reed, 2009; Governo da província de Cabinda [GPC], 2006) e por outro lado, pelas imensas riquezas da natureza, desde o petróleo e vários minerais valiosos; a floresta e o meio ambiente até incluir uma rica herança histórico-cultural exibida pelas suas populações.

42 A proximidade geográfica entre as populações de Cabinda e os povos dos dois Congos (Kinshasa e Brazaville) fundamenta a existência de registos de laços de parentesco, culturais e históricos que datam de séculos.

Mapa 1 – Separação geofísica entre Angola (Continente) e a província de Cabinda



Enquanto território, a província de Cabinda⁴³ ganhou existência na sequência da Conferência de Berlim de 1884-85, que reconheceu a soberania portuguesa sobre o território face às outras potências coloniais, e por via do acordo de protetorado “colonial” (Simulambuco) assinado com os chefes locais como prova da sua presença naquele espaço do mundo. Como descreve Pélissier, quem observa Angola hoje, chega indubitavelmente à conclusão de que o país integra um mosaico de povos e culturas diferentes, uma identidade geográfica fragmentária (2009: 26). Uma leitura histórico-geográfica e cultural levou o autor a identificar seis províncias geográficas em Angola e mais grupos etnolinguísticos.⁴⁴ O povo que habita o território de Cabinda pertence ao núcleo populacional do antigo Reino do Congo (Pélissier, 2009: 34-51), a mais poderosa formação estatal⁴⁵ a prosperar nas margens atlânticas do rio Congo erguido pelo povo Bacongo e cujo rei tinha o título de Mani. A soberania deste reino cristão estendia-se ao norte como ao sul do rio Congo, e os reinos (ou Estados) daquelas margens prestavam-lhes tribu-

43 Decorre da fusão de três importantes reinos africanos: N’Goio, Kakongo e Loango.

44 “Luanda, a região do Congo, Benguela, Namibe, Alta Zambézia e a fronteira do deserto do Kalahari. E no plano etnolinguístico, temos “os bacongo, os quimbundos, os ovibundos, os lunda-quíoco, os nganguela, os nyaneka-humbe, os herero e os ambo” (Pélissier, 2009: 27-32).

45 Ao reino, associam-se outras formações estatais, isto é, “reinos” situados ao Norte do rio Congo, nomeadamente o Vungo, Ngoyo, Kakongo, Kwangu e Mayumba (Gonçalves, 2005: 17).

tos.⁴⁶ A decadência do Reino do Congo (no século XVIII) e a consequente colonização (nos finais do século XIX), em paralelo com outros territórios outrora sob sua vassalagem, levou à divisão das populações Bacongo entre Angola, Congo-Kinshasa e o Congo-Brazaville (Gonçalves, 2003: 14).

Os problemas socioeconómicos e políticos que o Império Português no Ultramar iria conhecer e que conduziram à revolução Republicana (1910) e a instauração do regime autoritário do Estado Novo (1926) explicam de certa maneira a evolução dos territórios de Angola e Cabinda⁴⁷. Sem embargo da complexidade da ascensão à independência de Angola, são muitos os registos dos autores que atribuem um estatuto específico à província de Cabinda (Guedes 2007; Moreira 2009; Fontes Pereira, 1998; Feijó 2000).

O fracasso na descolonização de Angola por Portugal colocou em 1975 o território de Cabinda debaixo da soberania do primeiro; um dilema histórico na raiz da actual situação política de Cabinda. As especificidades do território e povos que habitam esta região, que produz mais de metade da riqueza nacional de Angola através do petróleo⁴⁸, têm alimentado (desde 1975) um conflito armado entre o Governo de Angola e vários movimentos independentistas (FLEC).

46 Outro reino, o “dos Quimbundos, a sul do Congo (...) chamava-se Ndongo e seu rei tinha o título de Ngola (donde deriva a palavra Angola) ”, (Davidson, 1981: 112), era vassalo do Congo. Os primeiros anos de contactos entre Portugal e o Reino do Congo foram amigáveis e rapidamente foram trocadas as embaixadas (Ndaywel è Nziem, 1998; Gonçalves, 2003). O reino de Ngola (Angola) cessou a sua vassalagem perante o Reino do Congo após a ocupação da Ilha de Luanda em 1575 por Portugal. Autonomizaram-se também os reinos localizados ao Norte, nomeadamente os Reinos do Loango (1539), Kakongo e Ngoyo, respectivamente nos princípios do século XVII (Ndaywel è Nziem, 1998: 84). Este «Reino» africano independente foi cristianizado em 1491, estendia-se ao Norte mais ou menos nas duas repúblicas do Congo mais uma parte do Gabão e ao Sul pela zona noroeste de Angola onde se situava a capital Mbanza Kongo. Sob a governação do Mani Kongo Álvaro II (1587-1614), foi enviado o conselheiro D. António Manuel Nsaku Ne Vunda como embaixador para o Vaticano em 1608 (Maxwell e Ingrid, 2002: 35). Conhecida por «Busto di Nigrita», a estátua deste embaixador Kongo encontra-se na Basílica «Santa Maria Maggiore» que tive oportunidade de visitar em agosto de 2010.

47 “Os separatistas de Cabinda colocavam um problema mais importante e persistente agravado com o petróleo” e foram secretamente prometidos ápios pelos portugueses. (Pélissier, 2009: 312-313)

48 Este petróleo é explorado desde 1968 pela actual companhia americana Chevron e muitas empresas nacionais e multinacionais.

A Lógica do Conflito Armado em Cabinda

Os governos africanos tendem a subestimar os conflitos armados no interior dos seus territórios em defesa do princípio da intangibilidade das fronteiras herdadas da descolonização. Entra nesta lógica o conflito armado de Cabinda: durante décadas o governo angolano negou existir uma guerra civil, invocando ser um assunto interno, qualificando os guerrilheiros da FLEC de criminosos organizados. Desde a eclosão deste violento conflito armado, as Nações Unidas continuam ainda distantes em investir no seu fim. O governo de Angola combina a estratégia de confronto e de acomodação. A literatura sobre este conflito revela que a guerrilha nacionalista/independentista de Cabinda sobreviveu ao fracasso da descolonização portuguesa em Angola e às várias décadas da guerra civil. Contudo, entre 2002 e 2004 o governo de Angola lançou a “Operação Vassoura” para aniquilar a FLEC e as suas ramificações e pacificar a província. Esta campanha militar assimétrica em termos de efectivos militares destabilizou completamente as posições estratégicas das principais facções militares, a FLEC-Fac e a FLEC-Renovada. Simultaneamente, o governo lançou a campanha de desmobilização e rendição de muitas personalidades da FLEC para abandonar a luta armada, passando a ocupar cargos no governo central, nas empresas públicas e ao nível do governo da província, contudo sem grande sucesso. Mesmo assim, o governo conseguiu minimizar a popularidade da FLEC junto das populações e a esperança da independência por via militar. Nas investidas das forças armadas angolanas (FAA) foram denunciadas várias violações dos direitos humanos por activistas independentes, violações que o governo imputou também à FLEC. Reed reconhece que esta operação registou algum sucesso ao permitir ao governo controlar uma boa parte do território de Cabinda (Reed, 2009: 152-153), travando a insegurança que a FLEC representava para o acesso às zonas petrolíferas estratégicas. As FAA fizeram incursões além-fronteiras para forçar o retorno dos refugiados ao território de Cabinda, com promessa de inserção social que se tem revelado mais propagandística porque a maioria das populações não tem acesso aos bens prometidos pelo governo central (Reed, 2009: 154-155). Para impor a ordem em Cabinda, refere-se que o governo recorre à coerção legítima contra qualquer atentado à ordem e segurança do Estado, qualificando todos os simpatizantes da FLEC de terroristas. Esta estratégia de confronto não pôs fim ao conflito, contudo, dissuadiu a população de Cabinda a pegar nas armas e tornou endémica e dissimulada a resistência da população, como movimentos cívicos como a “Mpalabanda” e outras associações ligadas à Igreja Católica e Evangélica contra a violação dos direitos humanos. Como consequência, os autores indicam que a “operação vassoura” agudizou as reivindicações na província. As populações denunciam o estado de pobreza em que vivem, a falta de benefícios dos lucros do petróleo e de acesso aos serviços básicos (electricida-

de, saneamento, água), principalmente no meio rural, manifestando ainda mais o sentimento autonomista invocando o Tratado de Simulambuco (Reed, 2009: 156-157). Estas dinâmicas locais reforçaram os apelos à independência, pressionando o governo central ao diálogo, como aconteceu em 2006 com o MEPRC. Destaca-se a descentralização neste contexto de institucionalização de um governo subnacional que territorialmente se situa ao nível intermédio, entre o poder central e o poder local (município), como instrumento jurídico e político estratégico que permita uma partilha do poder político no sentido restrito do termo com as elites que possam representar a província que sempre esteve e continua à mercê da luta armada violenta.

Centralismo do Estado Angolano Renovado e o Processo Democrático

A constituição promulgada em 2010 não inovou em relação ao diploma constitucional de 1992 no que tange ao sistema político-legal do país, antes pelo contrário, retrocedeu em matérias da legitimidade popular de alguns órgãos de soberania do Estado, sobretudo na Presidência da República, que comanda o poder executivo do país, cuja eleição passou a ser indirecta.⁴⁹ Ao nível político-institucional, verifica-se uma clara tendência para a concentração do poder político nas mãos do Presidente da República⁵⁰, também responsável pela administração pública (central e local do Estado): a administração central sofre do peso de um partido hegemónico que se estende até ao nível subnacional. Ao nível da administração subnacional, embora o legislador procure diferenciar a administração local do Estado (ao nível provincial) da administração local autárquica (de base municipal)⁵¹, o Decreto-lei n.º 17/10, de 29 de Julho, sobre a “Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado”, ao revogar o Decreto-lei n.º 2/07, de 3 de Janeiro,

49 Este modelo híbrido completa a transição das metas estipuladas no planeamento das futuras acções governativas até 2025 que visam principalmente o crescimento da economia. Desde a paz ganha em 2002 o crescimento económico não se refletiu no desenvolvimento da sociedade angolana em geral e os indicadores apontam neste sentido.

50 Verifica-se uma clara instrumentalização da única câmara nacional (Assembleia Nacional) para objectivos legislativos onde domina o executivo do MPLA que venceu as legislativas de 2008 (com 81%) e na insignificância em que se encontra a oposição político-partidária para contrabalançar essa hegemonia. Concebido como órgão de fiscalização da actividade governativa do país, há sinais de subordinação ao partido no governo. Revela esta possibilidade o exemplo das discussões sobre a constituição de 2010 que se saldaram numa imposição das propostas de revisão do MPLA, levando a UNITA a boicotar a aprovação da versão final da Constituição.

51 Art.º n.º 201 da CRA de 2010.

vem claramente confirmar o que há décadas foi observado por muitos estudiosos: na ausência de autarquias locais, a província, o município e escalões mais baixos, são verdadeiras extensões da administração central para áreas distantes de Luanda. Não é de esquecer que a descentralização administrativa é manifestação pura e simples do centralismo estadual, e ela (a descentralização) não existe na prática em Angola, havendo somente um mero descongestionamento da própria administração local do Estado para as províncias. Não existe, até a data, nenhuma assembleia de âmbito subnacional que garanta a representatividade das populações locais.

A Problemática do Memorando de Paz para Cabinda

Em busca de um interlocutor válido conforme o governo de Angola para a resolução negociada do conflito de Cabinda, foi concretizada a fusão em 2004 na Holanda (Acordos de Helvoirt) entre as diversas FLEC, a sociedade civil e demais sensibilidades político-militares do território de Cabinda. Esta fusão alterou as estruturas internas da FLEC⁵² e, criando-se assim, o Fórum de Cabinda para o Diálogo (FCD)⁵³. A FLEC pilotava nesta base de consenso alargado os destinos da nova sub-organização.

Segundo a revista “Africa 21” (2006: 29-32), que traça a cronologia dos momentos e passos encetados para o diálogo, após encontros secretos entre os movimentos independentistas de Cabinda e o governo de Angola, a delegação do FCD rapidamente chegou à conclusão que as conversações não colocariam em cima da mesa a hipótese da independência.⁵⁴ Mesmo assim, as discussões entre as partes visaram o alcance de um equilíbrio que abrisse portas para negociações permanentes através do ME que trazia uma proposta de Estatuto Especial feita pelo governo de Angola à delegação do FCD, o qual, supostamente, deveria instituir um meca-

52 Nesta nova estrutura da FLEC, António Bento Bembe, o então presidente da FLEC-Renovada (FLEC-R) assumiu o cargo de Secretário-geral e Nzita Henriques Tiago, também presidente da FLEC-Forças Armadas de Cabinda (FLEC-FAC), assumiu a Presidência da FLEC-Unida.

53 O FCD vai ser liderado pelo então Secretário-geral da FLEC-Unida, António Bento Bembe e presidente da respectiva plataforma com o mandato de criar as condições necessárias que levassem ao diálogo com o governo de Angola para solucionar o conflito armado na província de Cabinda, sob observação da comunidade internacional.

54 Durante as discussões, o governo de Angola esteve na defensiva, numa clara e arreigada dissuasão. Não só rejeitou quaisquer tentativas de reivindicar a autodeterminação, como ainda negou a possibilidade de atribuir um estatuto de autonomia política à província de Cabinda alegando-se a ausência de um quadro legal e constitucional sobre o qual deveria assentar esse mecanismo.

nismo institucional de partilha de poderes entre o governo provincial de Cabinda e o governo central. O FCD foi à mesa das negociações numa situação complexa na sequência da exclusão pelo governo de Angola das diversas forças que estiveram na génese da sua criação e de consequentes desentendimentos entre hierarquias de liderança.

O ME que se enquadra numa tendência, aliás bem documentada na teoria, para acomodar as pessoas oriundas de uma parte da FLEC em detrimento das restantes forças do território de Cabinda, não estabelece um projecto de reconciliação pragmático de longo prazo em que as diferentes partes aceitam os mecanismos instituídos conducentes ao término deste conflito armado violento. O governo de Angola procura assegurar uma certa representatividade da elite territorial, tanto no plano civil como no político-militar, nas estruturas do governo nacional, local e empresas públicas, sem alterações de fundo em relação ao sistema político. Teoricamente, revela-se um mecanismo frágil pelo incremento do conflito, levando à resistência dos restantes movimentos para forçar um novo acordo com o Governo, como aconteceu com o atentado contra a selecção do Togo em Cabinda em 2010 e todas as manobras de diálogo que se seguiram.

Apesar das fragilidades decorrentes deste “pseudo” acordo de “partilha de poder”, abriu-se o caminho para aprofundar o diálogo entre o governo e os movimentos independentistas e sociais de Cabinda – um pacto de “confiança!” e, através do mecanismo de Estatuto Especial, tentar proporcionar a toda a população de Cabinda o gozo das benesses da paz. Só assim será possível encará-lo como um instrumento que tenderá a fortalecer as bases para uma resolução pacífica do conflito.

A Problemática do Estatuto Especial para Cabinda

De facto, o conflito armado em Cabinda constitui actualmente um facto histórico que o governo angolano reconheceu oficialmente através do ME rubricado em 2006 após trinta anos de negacionismo.⁵⁵

⁵⁵ Em defesa da sua soberania e invocando o princípio da intangibilidade das fronteiras históricas herdadas da descolonização, o governo central protagonizou este conflito sem aceitar a beligerância dos movimentos independentistas de Cabinda, tendo o conflito permanecido desde a independência de Angola como um conflito de natureza interna, projectando a nível externo uma atitude de controlo. Contudo, o ano de 2006 marcou o virar dos acontecimentos, ambas as partes envolvidas no conflito, através das suas representações inscreveram que de facto e de direito existiram antagonismos que levaram ao conflito armado no território de Cabinda. (MEPR, 2006: 1)

O Acordo levanta, na mesma proporção da urgência da paz total e sustentável, a questão do mecanismo constitucional que eleve o antagonismo à categoria de interesse nacional⁵⁶. O *timing* da revisão total da constituição em 2009 revelou-se crucial para que o legislador constituinte angolano optasse por um mecanismo de resolução do conflito que não só reconhecesse a diferença do território de Cabinda no quadro do Estado angolano enquanto emanção de um projecto nacional de integração das diversidades históricas, culturais e étnicas ao nível subnacional, mas que também velasse pela consolidação da paz. A opção por esse mecanismo transcende as meras noções clássicas de subsidiariedade e descentralização previstas na constituição e no EE, quando concebido como mecanismo que permita alcançar uma paz duradoura para a população de Cabinda à luz das especificidades do território. Na sequência da revisão constitucional sob responsabilidade da Comissão Constitucional Angolana representando os partidos com assento parlamentar (MPLA, UNITA, PRS, ND e FNLA), a questão da forma constitucional e do sistema político-administrativo suscitou imensas questões, destacando-se propostas inovadoras acerca dos possíveis modelos de estruturação do Estado e seus poderes: é claramente observável nas diversas propostas a preferência em cortar finalmente com o centralismo do Estado que, desde 1992, procurou penetrar e estender-se até ao nível territorial mais baixo (a aldeia), espaço de jurisdição das autoridades tradicionais, para um modelo de Estado unitário descentralizado. Algumas propostas sustentaram um Estado unitário com Cabinda e Luanda como províncias autónomas, outras advogavam a transformação de Angola num Estado Federal. Porém, as propostas dos maiores partidos, embora concordando sobre o unitarismo do Estado e a concepção dos governos provinciais como órgãos desconcentrados do governo central, integrando a administração local do Estado, divergiram sobre a forma constitucional do Estado unitário, admitindo-se, ou não, estatutos de autonomia política para certas províncias, por hipótese, de governos locais com órgãos próprios (executivo e assembleia legislativa) e livres para criarem as suas próprias leis. Vingou obviamente a proposta do partido no poder que preconizava a descentralização político-administrativa para o nível territorial abaixo da província (município) como base das futuras autarquias locais. Neste quadro, observando os diversos princípios que estruturam o EE, a desconcentração e a descentralização administrativa são destacados como princípios catalisadores das relações entre o governo central e governo local em Cabinda. Contudo, estão longe de promover a participação da população através dos seus representantes nos processos de to-

56 Pensamos que o conflito de Cabinda deveria engajar a sociedade angolana politicamente organizada e soberana e não ser reduzido exclusivamente aos caprichos do executivo ou partido que governa Angola, tanto hoje como no futuro.

mada de decisões sobre as matérias objecto de especificidade provincial, porque, desconcentrar não é devolver o poder à fonte, pois não acarreta a passagem de uma administração local do Estado para uma administração autónoma politicamente responsável e representativa dos interesses da população de Cabinda. Na prática institucional, revela-se contraditório o facto de ser o próprio Estado a desempenhar quer as competências específicas reservadas ao futuro governo da província de Cabinda quer aquelas partilhadas com o governo central na execução, sabendo-se que, até hoje, os órgãos da província agem enquanto agentes do Estado e carecem de mecanismos institucionais para prestar contas e ser responsabilizados pelas populações pela sua governação. O EE da província de Cabinda não é nem de autarquia/província administrativa especial, como o próprio prevê, nem tão pouco de uma província com autonomia política. Contudo, apesar de já terem passado cinco anos desde a assinatura dos acordos de paz, revelando-se muito difícil uma avaliação objectiva relativamente à evolução e prática do projecto sobre a descentralização, uma dificuldade acrescida pela carência de dados, pode-se apontar alguns parâmetros: (1) a reforma das políticas públicas sobre a descentralização iniciada desde 1992 é feita à luz do gradualismo político-ideológico, adiando-se a democracia local; (2) a prática institucional (legislação ordinária) em vigor não coincide com os princípios constitucionais; (3) a inexistência de assembleias eleitas e representativas das populações locais; (4) a primazia da desconcentração sobre a descentralização, ou seja, ausência do pluralismo político e subordinação da arena local ao poder central; (5) dependência dos governos provinciais e restantes administrações locais (municípios e comunas) das transferências financeiras do governo central.

Notas Finais

As nossas reflexões privilegiaram uma perspetiva crítica ao modelo político-administrativo em vigor na República de Angola, com o objectivo de discutir os pilares em que assenta a governação provincial do território de Cabinda. Apesar de integrarem a organização político-administrativa de Angola soberana e unitarista, as questões objectivas podem ser formuladas acerca do passado histórico de Cabinda, onde a descontinuidade territorial reenvia para a necessidade de reavaliação dos traços históricos, culturais e geográficos e as raízes profundas do antagonismo político-militar, que não cessaram, apesar da assinatura do acordo de paz em 2006.

A descentralização administrativa prevista no respectivo estatuto especial não será eficaz, simplesmente pelo facto de o executivo provincial não assentar numa legitimidade popular local e pela inexistência de uma assembleia provincial

que não só sirva para fiscalizar o executivo provincial, mas também permita uma maior participação política das populações daquela província nos diversos processos decisórios, sobretudo nas questões da elaboração e aplicação dos programas específicos à província, bem como no controlo transparente da fatia revertida para a província sobre as receitas decorrentes do petróleo.

Abrindo uma base de reflexão sobre a forma e a importância que revestirá a descentralização em Angola e o advento de uma governação democrática modernizadora e respeitadora das diversidades como factores de reforço da integração nacional, este texto procurou ainda suscitar algumas interrogações que podem ser objecto de abordagens transdisciplinares para apetrechar as lideranças africanas com instrumentos inovadores de resolução de conflitos. A paz em Cabinda é uma emergência para a reconciliação e desenvolvimento daquele território, como de Angola em geral.

Bibliografia

- Adeline, Yves-Marie (2007). *Histoire Mondiale des Idées Politiques*. Paris: Ellipes Édition.
- Amaral, Carlos Eduardo Pacheco (1998). *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias: Regionalismo, Subsidiariedade e Autonomia para uma Nova Ideia de Estado*. Lisboa: Afrontamento.
- Atlas Dinâmico dos Municípios de Angola (2006). Software FAO/2009.
- Bakwesegha, Martha e Chembeze, Anastácio (2006). "Angola: Situation Report" in *Conflict Trends* n.º 4, pp. 28-29.
- Balandier, Georges (2004). *Anthropologie Politique*. Paris: PUF.
- Bangoura, Dominique (1997). "État et Sécurité en Afrique" in GEMDEV Group, *Les Avatars de l'Etat en Afrique*. Paris: Karthala, pp. 221-236.
- Benedikter, Thomas (2009). *The World's Modern Autonomy Systems. Concepts and Experiences of Regional Territorial Autonomy*. Bozen/Bolzano: European Academy of Bolzano/Bozen.
- Bouquet, Christian (2009). "L'État en Afrique: Géographie Politique de la Maîtrise des Territoires" in *L'Espace Politique* n.º 7. Disponível em <http://espacepolitique.revues.org>
- Bruyne, Paul de e Olivier Nkulu Kabamba (2001). *La Gouvernance Nationale et Locale en Afrique Subsaharienne*. Paris: L'Harmattan.

- Cameron, David M. (1994). *Decentralisation and Power-sharing: Impact on Public Sector Management*. St. Andrews: University of Toronto Press Inc.
- Chautard, Sophie (2005). *Les Conflits du XXe Siècle*. Paris: Studyrama Perspectives.
- Colin, Xavier (2011). “Présidents à Vie: La Démocratie Piétinée”. Disponível em <http://www.tsr.ch/emissions/geopolitis>.
- Colin, Xavier (2009). “Republique Démocratique du Congo: Pourquoi cette Guerre Interminable?”. Disponível em <http://www.tsr.ch/emissions/geopolitis>.
- Comissão Constitucional Angola (2009). *Grelha Comparativa dos Princípios Fundamentais da Nova Constituição*. Disponível em <http://www.comissaoconstitucional.ao>.
- Conflict Barometer (2009). *Conflitos no Mundo*. Disponível em http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2009.pdf
- Constituição da República de Angola (2010).
- Crawford, Gordon e Christof Hartmann (eds) (2008). *Decentralisation in Africa. A Pathway Out of Poverty and Conflict?* Baarn: Amsterdam University Press.
- Davidson, Basil (1981). *À Descoberta do Passado de África*. Lisboa: Sá da Costa.
- Demartis, Lúcia (2002). *Compêndio de Sociologia*. Lisboa: Edições70.
- Diário da república de Angola, 1.a série:
- n.º 99, Resolução n.º 27-A/06 e B/06 de 16 de Agosto de 2006, MEPRC.
 - n.º 1, Decreto-Lei n.º 1/07 de 2 de Janeiro de 2007, EE.
 - n.º 178, Decreto-Executivo n.º 202/08 de 23 de Setembro de 2008 (OGPC).
- Dougherty, James E. e Robert Pfaltzgraff (2003). *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Lisboa: Editora Gradiva.
- Dunn, Kevin C. (2001). “The (Blank) African State. Rethinking the Sovereignty State in international Relations Theory” in Dunn, Kevin C. e Timothy M. Shaw (eds) (2001). *Africa’s Challenge to International Relations Theory*. London: Palgrave Macmillan, pp. 46-63.
- Elbadawi, Ibrahim e Nicholas Sambani (2000). *Why are there so Many Civil Wars in Africa? Understanding and Preventing Violent Conflict*. World Bank (WP).
- Enziem, Isidore Ndaywel (1998). *Histoire Générale du Congo. De l’Héritage Ancien à la République Démocratique du Congo*. Bruxelles: Editions Duculot DeBoeck & Larsier.
- Feijó, Carlos (2000). *A Autonomia das Autarquias Locais e a Tutela do Estado em An-*

- gola: *Da Autonomia Perdida nos Períodos Colonial e Revolucionário (1482-1992) à Autonomia Frustrada do Período Democrático Actual*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-políticas, não publicada. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Direito.
- Feijó, Carlos (2001). *Problemas Actuais do Direito Público Angolano. Contributos para a sua Compreensão*. Cascais: Principia.
- Fontes, José (2009). *Teoria Geral do Estado e do Direito*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Francis, David J. (2006). *Uniting Africa: Building Regional Peace and Security Systems*. Hampshire: Ashgate Publishing.
- Fukuyama, Francis (2006). *A Construção de Estados: Governação e Ordem Mundial no Século XXI*. Lisboa: Edição Gradiva.
- Garcia, Francisco Proença (2010). "Tipologias de Guerra". *Revista Militar*, Novembro de 2003, pp. 1103-1136. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt>.
- Gazibo, Mamoudou e Céline Thitiot (2009). *Le Politique en Afrique: Etats des Débats et Pistes de Recherche*. Paris: Editions Karthala.
- Godinec, Pierre François (1985). *L'Etat Africain. Evolution, Fédéralisme, Centralisation et Décentralisation*. Paris: Éditions LGDJ.
- Gonçalves, António Custódio (2003). *Tradição e Modernidade na (Re)construção de Angola*. Porto: Edições Afrontamentos.
- Gonçalves, António Custódio (2005). *A História Revisitada do Congo e de Angola*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Grovogui, Siba N. (2001). "Sovereignty in Africa. Quasi-statehood and other Myths in International Theory" in Dunn, Kevin C. e Timothy M. Shaw (eds) (2001). *Africa's Challenge to International Relations Theory*. London: Palgrave Macmillan, pp. 29-45.
- Guedes, Armando Marques (2004). *O Estudo dos Sistemas Jurídicos Africanos: Estado, Sociedade, Direito e Poder*. Coimbra: Almedina.
- Guedes, Armando Marques e Maria José Lopes (eds) (2007). *State and Traditional Law in Angola and Mozambique*. Coimbra: Almedina.
- Guedes, Armando Marques et al. (2003). *Pluralismo e Legitimação. A Edificação Jurídica pós-Colonial de Angola*. Coimbra: Almedina.
- Huntington, S. (1991). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. University of Oklahoma.
-

- Jackson, Robert H. (1993). *Quasi-states. Sovereignty, International Relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Klotz, J. C. (2007). *China vs the US: the Battle for Oil*. Arte France. Gedeon Programmes. 1-7. Filme documentário. Disponível em <http://www.youtube.com>
- Krasner, Stephen D. (1999). *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. New Jersey: Princeton University Press.
- Lara, António de Sousa (2005). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ISCSP.
- Lazarte-Hoyle, Alfredo e Dan Cunniyah (2010). *Prévention et Resolution des Conflits Violents Armés: Manuel de Formation à l'Usage des Organizations Syndicales*. Genève: Bureau Internationale du Travail (BIT). Disponível em <http://www.ilo.org>
- Leal, Sósimo (2009). *Agenda Africana: Golfo da Guiné* in Voz da América.
- Letaief, Mustapha Bem, Charles Nach Mback, Jean-Pierre Elong Mbassi e Biram Owens Ndiaye (2008). "Afrique" in Gérard Marcou (ed) (2008). *La Décentralisation et Démocratie Locale dans le Monde. Premier Rapport Mondial 2007*. Paris: Cités et Gouvernements Locaux Unis, pp. 23-51. Disponível em <http://www.cities-localgovernments.org>.
- Mabeko-Tali, Jean-Michel (2001). "La Question de Cabinda: Séparatismes Éclatés, Habilités Luandaíses et Conflits en Afrique Centrale", *Lusotopie*, pp. 49-62.
- Mabeko-Tali, Jean-Michel (2008). "Entre Économie Rentière et Violence Politico-Militaire: la Question Cabindaíse et le Processus de Paix Angolais", in *Politique Africaine*. pp. 65-83.
- Machado, José Pedro (2000). *Breve Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Maclean, Sandra J. (2001). "Challenging Westphalia: Issues of Sovereignty and Identity in Southern Africa" in Dunn, Kevin C. e Timothy M. Shaw (eds). *Africa's Challenge to International Relations Theory*. London: Palgrave Macmillan, pp. 146-162.
- Madsen, Wayne (2002). *Report Alleges US Role in Angola Arms-for-oil scandal*. Disponível em <http://www.corpwatch.org/article.php?id>
- Massuanguane, Israel Jacob (2009). *O Regime do Processo de Descentralização e Governação Local: Implicações, Perspectivas e Desafios face à Crise Mundial em Angola*. Luanda: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

- Maxwell, David e Ingrid Lawrie (2002). *Christianity and the African Imagination: Essays in Honour of Adrian Hastings*. Boston: Brill, pp. 30-38.
- Mehler, Andreas (2009). "Power-sharing in Africa". *Africa Spectrum* n.º 3. GIGA, pp. 2-10.
- Migdal, Joel S. e Klaus Schlichte (2005). "Rethinking the State" in Klaus Schlichte (ed) *The Dynamics of States: The Formation and Crises of State Domination*. Aldershot, Burlington: Ashgate Publishing, pp. 1-40
- Ministério do Planeamento de Angola (2004). *Angola 2025: Angola um País com Futuro, Sustentabilidade, Equidade, Modernidade - Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola*. Luanda: MP.
- Misuraka, Gianlu C. (2007). *E-governance in Africa, From Theory to Action: A Handbook on ICTs for Local Governance*. New Jersey: IDRC / Africa World Press.
- Moreira, Adriano (2001). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, Adriano (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, Adriano (2009). *A Espuma do Tempo: Memórias do Tempo de Vésperas*. Coimbra: Almedina.
- Noel, Sidney John Roderick (2005). *From Power-sharing to Democracy: Post-conflict Institutions in Ethnically Divided Societies*. Quebec: McGill-Queen's Press.
- Nye, Joseph S. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Edição Gradiva.
- Oliveira, António José (2011). *Resolução de Conflitos*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Olowu, Dele (1996). "Beyond the Failure of the Centralized State in Africa", in Donald Rothchild (ed), *Strengthening African Local Initiative: Local Self-governance, Decentralization and Accountability*. Hamburg: Hamburg African Studies, pp. 19-29
- Orre, Aslak (2007). "The Integration of Traditional Authorities in Local Governance in Mozambique and Angola: The Context of Decentralization and Democratization", in Armando Marques Guedes e Maria José Lopes (eds), *State and Traditional Law in Angola and Mozambique*. Coimbra: Almedina, pp. 139-199.
- Pasquino, Gianfranco (1998). "Conflito" in Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, *Dicionário de Política: A-Z*. 11.ª ed., 2.º vol. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 1291-1298.
- Pereira, Virgílio Ferreira de Fontes (1997). *O Poder Local: da Imprecisão Conceptual à Certeza da sua Evolução em Angola*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- Pinto, Alberto Oliveira (2006). *Cabinda e as Construções de sua História: 1783-1887*. Lisboa: Dinalivro.
- Pinto, José Filipe (2004). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países da Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Covilhã: Instituto Diplomático.
- Reed, Kristin (2009). *Crude Existence: Environment and the Politics of Oil in Northern Angola*. Berkeley: University of California Press.
- Roque, Fátima Moura (2008). “Prevenção e Resolução de Conflitos e Gestão pós-Conflito: Princípios Básicos”. *Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos*, n.º 1, Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/africanologia/article/view/945/779>.
- Santo, Espírito (2009). “Conflitos Internos: das Causas às Respostas, 2.ª Parte, IV – A Resolução dos Conflitos Internos Armados. Estratégias e Actores”. *Revista de Artilharia*. Disponível em <http://www.revista-artilharia.net>.
- Sarmiento, Manuela (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Scaruffi, Piero (2009). *Wars and Genocides of the 20th Century*. Disponível em <http://www.scaruffi.com/politics/massacre/html>.
- Schelnberger, Anna Katharina (2008). “Decentralization and Conflict in Kibale, Uganda” in Gordon Crawford e Christof Hartmann (eds), *Decentralization in Africa: a Pathway out of Poverty and Conflict?* Baarn: Amsterdam University Press, pp. 191-212.
- Sem autor (2006). “Angola renasce das ruínas”. *Africa 21*, Novembro/Dezembro, pp. 29-32.
- Sindjoun, Luc (2009). “L’Afrique au Prisme des Relations Internationales” in Mamadou Gazibo e Céline Thiriot, *Le Politique en Afrique: Etats des Débats et Pistes de Recherche*. Paris: Editions Karthala, pp. 319-342.
- Smith, Dan (2008). *The State of the World Atlas*. London: Earthscan
- Sousa, Marcelo Rebelo de e André Salgado de Matos (2004). *Direito Administrativo Geral: Introdução e Princípios Fundamentais*. Tomo I. Lisboa: Edição Dom Quixote.
- Stoppino, Mário (1998). “Violência”, in Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, *Dicionário de Política: A-Z*. 11.ª ed., 2.º vol. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 1291-1298.
- Tavares, António Carlos (2008). *O Direito Internacional e os Desafios Humanitários em África*. Tese de Doutoramento. Madrid: Instituto Universitário “General Gutiérrez Mellado” (UNED). Disponível em <http://e-spacio.uned.es/fez>.

- Tshiyembe, Mwayila (2001). "Les Principaux Determinants de la Conflictualité" in Paul Ango (ed), *La Prevention des Conflits en Afrique Centrale: Perspective pour une Culture de la Paix*. Paris: Editions Karthala, pp. 21-34.
- Tshiyembe, Mwayila (2003). *Géopolitique de la Paix en Afrique Médiane: Angola, Burundi, République Démocratique du Congo, République du Congo, Ouganda, Ruanda*. Paris: L'Harmattan.
- Voz da América (2010). *Notícias: Angola, Presidente admite problemas de segurança em Cabinda*. Disponível em <http://www.voanews.com/portuguese>
- Waltz, Kenneth N. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.
- Wheeler, Douglas e René Pélissier (2009). *História de Angola*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Wunsch, James S. (2005). *Gouvernance Locale et Conflits en Afrique*. Omaha: Creighton University.